

A AFETIVIDADE COMO PROCESSO AUTO GUIADO PARA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA

Sandra Rengel Esteves ¹

RESUMO

A inclusão de todos os alunos no ambiente escolar é crucial para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. A presença de alunos com deficiência enriquece significativamente o cenário educacional, facilitando a troca de experiências e conhecimentos que contribuem para o desenvolvimento integral de todos os estudantes e educadores. Ademais, a inclusão fomenta a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora, que valoriza as diferenças e reconhece a singularidade de cada indivíduo.

Diante da diversidade inerente às salas de aula, faz-se necessário adotar abordagens pedagógicas variadas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. A individualização do ensino, a utilização de materiais adaptados e o trabalho colaborativo são estratégias eficazes que podem impulsionar o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. É fundamental salientar que cada aluno é único e merece ter suas particularidades respeitadas.

Palavras-chave: Inclusão, Diversidade, Trabalho, Ensino.

¹ Mestranda em Educação da Ivy Enber Christian University, professorasandrarengel@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A inclusão de todos os alunos no ambiente escolar é de extrema importância para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. A presença de alunos com alguma deficiência enriquece o ambiente educacional, proporcionando trocas de experiências e aprendizados que contribuem para a formação integral de todos os estudantes e professores. Além disso, a inclusão promove a construção de uma sociedade justa e inclusiva, que valoriza as diferenças e reconhece a singularidade de cada indivíduo.

Diante da diversidade presente nas salas de aula, é necessário adotar diferentes abordagens pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência. A individualização do ensino, o uso de materiais adaptados e o trabalho em equipe são estratégias que podem favorecer o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. É importante ressaltar que cada aluno é único e merece ser respeitado em suas particularidades.

METODOLOGIA

O processo metodológico envolveu, inicialmente, a definição clara dos descritores e palavras-chave pertinentes à investigação, orientando a busca por literatura especializada em bases de dados acadêmicas, periódicos científicos, livros e outros documentos de reconhecida credibilidade.

Procedeu-se à leitura crítica e à análise interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar as principais correntes de pensamento, os conceitos centrais, as lacunas existentes e as convergências e divergências entre os autores.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não se configurou apenas como um levantamento de informações, mas como um processo ativo de construção do conhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar é de extrema importância para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. A presença desses alunos enriquece o ambiente educacional, proporcionando trocas de experiências e aprendizados que contribuem para a formação integral de todos os estudantes. Além disso, a inclusão promove a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que valoriza as diferenças e reconhece a singularidade de cada indivíduo (Gil, Gonçalves, 2018).

No entanto, os professores enfrentam diversos desafios ao lidar com a diversidade de alunos na sala de aula. A falta de preparo adequado, a sobrecarga de trabalho e a falta de recursos são apenas alguns dos obstáculos que dificultam o processo de ensino e aprendizagem. É essencial que os educadores recebam apoio e formação específica para atender às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo assim uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Diante da diversidade presente nas salas de aula, é necessário adotar diferentes abordagens pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência. A individualização do ensino, o uso de materiais adaptados e o trabalho em equipe são estratégias que podem favorecer o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. É importante ressaltar que cada aluno é único e merece ser respeitado em suas particularidades (Kassar, Rebelo, 2018).

A legislação brasileira garante o direito à educação inclusiva para todos os alunos, assegurando a igualdade de oportunidades e o acesso à escola regular. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o Plano Nacional de Educação (PNE) são marcos legais que orientam as políticas públicas voltadas para a promoção da educação especial no país.

No entanto, é essencial que essas leis sejam efetivamente implementadas e fiscalizadas para garantir seu cumprimento. A formação continuada dos profissionais da educação é essencial para lidar com a diversidade na sala de aula. Os professores precisam estar atualizados sobre as práticas pedagógicas inclusivas, as tecnologias assistivas disponíveis e as estratégias de avaliação adequadas para acompanhar o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Investir na capacitação dos educadores é investir na qualidade da educação oferecida nas escolas (CASAGRANDE, MAINARDES, 2021).

As tecnologias assistivas desempenham um papel essencial no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, auxiliando na superação das barreiras físicas, sensoriais ou cognitivas que possam limitar sua participação na escola. Softwares educacionais, equipamentos adaptados e recursos tecnológicos podem facilitar a comunicação, a mobilidade e o acesso ao conhecimento, promovendo assim uma educação mais inclusiva e acessível. Os benefícios da educação especial vão além do desenvolvimento individual dos alunos com necessidades especiais. A convivência com a diversidade estimula o respeito mútuo, a empatia e a solidariedade entre os estudantes, contribuindo para a construção de uma cultura inclusiva na escola. Além disso, a educação especial fortalece os vínculos familiares, promove a integração social e valoriza as potencialidades de cada indivíduo, enriquecendo assim toda a comunidade escolar.

A educação especial é um tema de vital importância no contexto educativo contemporâneo, pois visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou emocionais, tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa. A justificativa para a realização de um projeto voltado para a educação especial reside em vários aspectos fundamentais.

Primeiramente, a inclusão escolar é um direito assegurado por legislações nacionais e internacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Essas normativas estabelecem que a educação deve ser inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, promovendo a participação plena e efetiva dos alunos com necessidades especiais na sociedade. No entanto, a implementação efetiva dessas diretrizes ainda enfrenta diversos desafios nas escolas regulares.

A realidade educacional demonstra que muitos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ainda enfrentam barreiras significativas para sua inclusão e sucesso escolar. Entre essas barreiras, destacam-se a falta de infraestrutura adequada, a escassez de materiais pedagógicos adaptados, a insuficiência de formação específica para os professores e a carência de apoio especializado. Tais obstáculos comprometem não apenas o desempenho acadêmico desses alunos, mas também seu desenvolvimento social e emocional.

Além disso, a formação e capacitação dos profissionais da educação são cruciais para a efetivação de práticas inclusivas. A maioria dos cursos de formação de professores ainda carece de uma abordagem robusta sobre educação especial, o que resulta em profissionais despreparados para lidar com a diversidade nas salas de aula. Programas de

capacitação contínua são, portanto, imprescindíveis para equipar os educadores com as habilidades e conhecimentos necessários para promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Outro ponto relevante é a necessidade de desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras e diferenciadas que possam atender às variadas necessidades dos alunos da educação especial. A criação de materiais didáticos adaptados e a adoção de metodologias de ensino que favoreçam a participação ativa e a inclusão desses alunos são medidas essenciais para assegurar seu sucesso acadêmico e inclusão social.

A participação ativa das famílias e da comunidade no processo educativo dos alunos com necessidades especiais também é um fator determinante para o sucesso da inclusão. A orientação e o apoio às famílias, bem como a sensibilização da comunidade sobre a importância da inclusão escolar, são ações fundamentais para criar um ambiente educacional acolhedor e inclusivo.

A sustentabilidade das ações inclusivas requer políticas e práticas institucionais sólidas. É necessário formular recomendações e desenvolver parcerias com órgãos governamentais, ONGs e outras instituições para fortalecer a rede de apoio à educação especial. A implementação de políticas públicas que incentivem a inclusão escolar e garantam os recursos necessários para a sua efetivação é essencial para a consolidação de uma educação inclusiva.

Portanto, a justificativa para um projeto sobre educação especial está alicerçada na necessidade de garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos, superar as barreiras existentes, capacitar os profissionais da educação, desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras, fomentar a participação das famílias e da comunidade, e promover políticas públicas que assegurem a sustentabilidade das práticas inclusivas. Esse projeto é não apenas uma resposta às demandas legais e sociais, mas também um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Revolução Francesa teve um impacto significativo no surgimento da educação especial, uma vez que trouxe consigo a valorização dos direitos humanos e da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Com a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, houve uma mudança de paradigma em relação à educação, levando à necessidade de atender também aqueles que apresentavam alguma deficiência. A partir desse momento histórico, começaram a surgir as primeiras escolas especiais dedicadas ao atendimento de crianças com deficiências físicas e intelectuais,

visando garantir seu acesso à educação e desenvolvimento (NEVES, RAHME, FERREIRA, 2019).

No século XIX, com o avanço das discussões sobre educação inclusiva, foram criadas as primeiras escolas especiais voltadas especificamente para crianças com necessidades especiais. Essas instituições tinham como objetivo principal proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento desses alunos, oferecendo suporte pedagógico e terapêutico personalizado. A partir desse período, a educação especial passou a ser reconhecida como uma área específica dentro do campo educacional, com profissionais especializados no atendimento às diferentes demandas apresentadas pelos alunos com deficiência (KASSAR, REBELO, RONDON, 2018).

A Conferência de Salamanca em 1994 foi um marco importante na história da educação especial, pois reforçou a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Nesse evento internacional, ficou evidenciada a necessidade de promover práticas educacionais mais inclusivas e acessíveis a todos os estudantes, independentemente de suas diferenças. A partir desse momento, houve um movimento global em prol da educação inclusiva, buscando garantir o acesso de todos os alunos à educação de qualidade (NEVES, RAHME, FERREIRA, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi um marco legislativo importante para a consolidação da educação especial no Brasil. Essa legislação estabeleceu as diretrizes para o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além disso, a LDB reforçou a importância da inclusão desses alunos nas classes regulares das escolas públicas e privadas, garantindo-lhes o direito à educação e ao desenvolvimento pleno (CIL, GONÇALVES, 2018).

O movimento mundial pela educação inclusiva tem sido essencial na luta pela garantia do acesso de todos os alunos à educação de qualidade. Esse movimento busca superar as barreiras que ainda existem em relação à inclusão escolar, promovendo práticas pedagógicas mais diversificadas e adaptadas às necessidades individuais dos estudantes. Através dessa abordagem inclusiva, é possível proporcionar um ambiente educacional mais acolhedor e igualitário para todos os alunos, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento acadêmico e social (AOS NETO, É. G.; ÁVILA, T. R. R.; SALE, S. S.; AMORIM, S., 2018).

O trabalho em equipe é essencial na área da educação especial, envolvendo professores especializados, familiares dos alunos, profissionais da saúde e demais

colaboradores. A interação entre esses diferentes agentes é essencial para garantir um atendimento integrado e eficaz aos estudantes com necessidades especiais. O trabalho conjunto permite identificar as demandas específicas de cada aluno e elaborar estratégias pedagógicas personalizadas que favoreçam seu processo de aprendizagem e desenvolvimento (CASAGRANDE, MAINARDES, 2021).

Apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos, a educação especial ainda enfrenta diversos desafios na atualidade. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos adequados para atender às demandas crescentes por serviços educacionais especializados. Além disso, há resistência por parte de alguns setores da sociedade em relação à inclusão escolar de alunos com deficiência ou outras necessidades especiais. Superar esses desafios requer um esforço conjunto das instituições educacionais, governamentais e da sociedade civil para garantir o pleno acesso à educação de qualidade para todos os estudantes (VIEIRA, 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é um marco importante na legislação brasileira sobre educação especial, pois estabelece essa modalidade de ensino como destinada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A LDB reforça a necessidade de garantir o acesso e a permanência desses alunos na escola regular, promovendo sua inclusão e garantindo o direito à educação de qualidade para todos. Além disso, a LDB destaca a importância do atendimento educacional especializado para atender às necessidades específicas desses estudantes, visando seu pleno desenvolvimento acadêmico e social (BEZERRA, 2020).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva complementa a LDB ao reafirmar o direito à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, entre outras. Essa política busca promover uma cultura inclusiva nas escolas, valorizando a diversidade e combatendo qualquer forma de discriminação. Ao reconhecer a educação como um direito essencial de todos os cidadãos, essa política visa garantir que os alunos com necessidades especiais sejam acolhidos e tenham suas potencialidades desenvolvidas em um ambiente educacional inclusivo (PLETSCH, 2020).

O Decreto nº 7.611/2011 é outra peça essencial da legislação brasileira sobre educação especial, pois dispõe sobre o atendimento educacional especializado e a acessibilidade nas escolas públicas e privadas. Esse decreto estabelece diretrizes claras para as instituições de ensino no que diz respeito à oferta de serviços especializados para alunos com deficiência, bem como à promoção da acessibilidade física e pedagógica em

seus espaços. Dessa forma, o Decreto nº 7.611/2011 contribui para a efetivação dos direitos dos estudantes com necessidades especiais no contexto educacional brasileiro (BAPTISTA, 2019).

A formação continuada dos profissionais da educação é essencial para garantir uma atuação inclusiva e acolhedora com os alunos com necessidades especiais. A capacitação dos professores e demais profissionais envolvidos no processo educativo é essencial para que possam compreender as especificidades desses estudantes e adotar práticas pedagógicas adequadas às suas demandas. Investir na formação continuada dos profissionais da educação é investir na qualidade do ensino inclusivo e na promoção do desenvolvimento integral de todos os alunos (SILVA, 2018).

As diretrizes curriculares nacionais para a educação especial são orientações importantes que auxiliam as escolas na elaboração de propostas pedagógicas inclusivas e adaptadas às necessidades dos estudantes com deficiência. Essas diretrizes visam garantir que o currículo escolar seja flexível e adequado às características individuais dos alunos com necessidades especiais, promovendo sua participação ativa no processo educativo. Ao seguir as orientações das diretrizes curriculares nacionais, as escolas podem oferecer um ensino mais inclusivo e eficaz para todos os seus estudantes. A obrigatoriedade das escolas em oferecerem salas de recursos multifuncionais é uma medida importante para promover a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Esses espaços são fundamentais para proporcionar atendimento especializado aos estudantes que necessitam de apoio adicional em sua aprendizagem, contribuindo para sua integração na comunidade escolar. Ao disponibilizar salas de recursos multifuncionais, as escolas demonstram seu compromisso com a diversidade e garantem que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação (KASSAR, REBELO, 2018).

As políticas de acessibilidade adotadas pelo governo brasileiro têm como objetivo garantir que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades no ambiente escolar. A acessibilidade física nas escolas é essencial para permitir o acesso pleno dos alunos com deficiência aos espaços educacionais, garantindo sua autonomia e independência. Além disso, as políticas de acessibilidade também abrangem aspectos pedagógicos, tecnológicos e comunicacionais, visando eliminar barreiras que possam impedir a participação plena dos estudantes com necessidades especiais no processo educativo. Por meio dessas políticas, o governo busca promover uma educação mais inclusiva e equitativa em todo o país (NEVES, RAHME, FERREIRA, 2019).

Em síntese, a legislação brasileira sobre educação especial reflete o compromisso do Estado em promover uma educação inclusiva e equitativa para todos os estudantes. Por meio da LDB, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Decreto nº 7.611/2011 e das demais normativas vigentes, o Brasil busca assegurar o acesso universal à educação de qualidade aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. É essencial que todas as instâncias governamentais e educacionais trabalhem em conjunto para implementar efetivamente essas políticas e garantir que cada aluno seja respeitado em sua singularidade e potencialidades dentro do ambiente escolar (BAPTISTA, 2019).

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais é de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. A presença desses alunos nas escolas regulares proporciona benefícios como a promoção da diversidade, o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade mais inclusiva. A convivência com colegas sem deficiência contribui para a socialização e o desenvolvimento de habilidades interpessoais, essenciais para a vida em sociedade. No entanto, os alunos com deficiência enfrentam diversas barreiras no ambiente escolar que dificultam sua inclusão efetiva. A falta de estrutura adequada, o preconceito por parte dos colegas e até mesmo dos profissionais da educação, bem como a ausência de capacitação específica para lidar com as necessidades desses alunos são alguns dos obstáculos enfrentados diariamente. Essas barreiras acabam por limitar o acesso à educação de qualidade e comprometer o desenvolvimento pleno desses estudantes (VIEIRA, 2017).

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a educação especial têm avançado significativamente nas últimas décadas, garantindo o acesso e permanência dos alunos com deficiência nas escolas regulares. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a implementação efetiva das salas de recursos multifuncionais, a formação continuada dos professores e a adequação das escolas para atender às necessidades específicas desses alunos. É essencial que haja um compromisso do poder público em garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos (KASSAR, REBELO, 2018).

A formação continuada dos professores é essencial para que possam atender às necessidades educacionais especiais dos alunos de forma eficaz. A promoção de uma educação inclusiva requer conhecimentos específicos sobre adaptações curriculares, estratégias pedagógicas diferenciadas e recursos tecnológicos que possam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, os professores estarão mais preparados

para acolher e promover o desenvolvimento pleno dos alunos com deficiência em sala de aula (KASSAR, REBELO, RONDON, 2018).

Diferentes abordagens pedagógicas são utilizadas na educação especial, visando atender às especificidades de cada aluno. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma dessas abordagens, que oferece suporte individualizado aos estudantes com deficiência, complementando o trabalho realizado em sala de aula regular. Além disso, a adaptação curricular é uma prática importante para garantir que todos os alunos tenham acesso ao currículo escolar, respeitando suas particularidades e potencialidades (CASAGRANDE, MAINARDES, 2021).

A parceria entre família, escola e comunidade desempenha um papel essencial no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência. É necessário que haja uma comunicação constante entre esses atores, compartilhando informações sobre as necessidades do aluno e buscando soluções conjuntas para promover seu desenvolvimento acadêmico e social. Um ambiente acolhedor e colaborativo favorece o sucesso da inclusão escolar e contribui para o bem-estar do estudante com deficiência (NOZU, RIBEIRO, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

Nesta sessão poderão ocorrer o uso de gráficos, tabelas e quadros, atentando para a utilização e identificação segundo as normas da ABNT.

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados deverão ser criativas, inovadoras e éticas, de maneira a corroborar com as instruções de pesquisa científicas do país. Levando em consideração a referencia a autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados. Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas enfrentam diversos desafios na implementação de práticas inclusivas, como a falta de recursos financeiros e materiais adequados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. O investimento na formação dos profissionais da educação especial também se faz necessário para garantir um atendimento qualificado aos estudantes com necessidades especiais. É preciso que haja um compromisso coletivo em superar esses obstáculos e promover uma educação inclusiva e equitativa para todos os alunos.

A jornada em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva apresenta desafios notáveis para as instituições de ensino. A escassez de recursos financeiros e materiais adequados, bem como a necessidade premente de investir na formação contínua dos profissionais da educação especial, são obstáculos que exigem um compromisso coletivo. Superar essas barreiras é fundamental para garantir um atendimento qualificado e equitativo a todos os estudantes.

Ainda assim, a efetividade da inclusão escolar depende intrinsecamente da colaboração entre família, escola e comunidade. Uma comunicação constante e transparente entre esses pilares é vital para identificar as necessidades dos alunos com deficiência e construir soluções conjuntas que promovam seu desenvolvimento acadêmico e social. Criar um ambiente acolhedor e colaborativo não só impulsiona o sucesso da inclusão, mas também assegura o bem-estar do estudante.

No âmbito pedagógico, a educação especial emprega diversas abordagens para atender às especificidades de cada aluno. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), por exemplo, oferece suporte individualizado, complementando o ensino em sala de aula regular. A adaptação curricular é outra prática essencial, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas particularidades e potencialidades, tenham pleno acesso ao currículo escolar.

Em suma, a construção de uma escola inclusiva demanda um esforço conjunto e contínuo. Ao enfrentarmos os desafios com dedicação e fortalecemos as parcerias entre todos os envolvidos, estaremos pavimentando o caminho para uma educação que celebra a diversidade e garante oportunidades iguais para cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

AFFAZUR. **A ciência do pensar**. Gaspar: Luz e Consciência, 2013.

AOS NETO, É. G.; ÁVILA, T. R. R.; SALE, S. S.; AMORIM, S. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Educação Especial, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906008/313154906008.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

BAPTISTA, C. R. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil**. Educação e Pesquisa, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8FLTQYvVChDcF77kwPHtSww/>. Acesso em: 25 out. 2024.

BEZERRA, G. F. **A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B8T8rMXW8BzMJnNq5JBsXqK/>. Acesso em: 10 out. 2021.

CASAGRANDE, R. C.; MAINARDES, J. **O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dm8FKTPRGwCWYCngQKntgjN/>. Acesso em: 10 out. 2021.

CIL, L. R.; GONÇALVES, T. G. G. L. **Educação musical e educação especial na produção científica de dissertações e teses**. Revista Música Hodie, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/musica/article/view/49262>. Acesso em: 10 out. 2021.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. **Abordagens da Educação Especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 1, p. 5-5, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/zykqKsDdgtM8GJXsctSYQjJ/>. Acesso em: 25 out. 2024.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; RONDON, M. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva em um município de Mato Grosso do Sul**. Cadernos de Educação, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sH5np9zh5h8ZNw3XvnDdfCw/>. Acesso em: 25 out. 2024.

NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J. **Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva**. Educação & Realidade, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/J8j5ZYK99htRZyQnW7Cqbrs/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 25 out. 2024.

NOZU, W. C. S.; RIBEIRO, E. A. **Interface entre Educação Especial e Educação do Campo: a produção científica em teses e dissertações.** Revista Interfaces: Revista de Extensão da UEMS, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3002>. Acesso em: 25 out. 2024.

PLETSCH, M. D. **O que há de especial na Educação Especial Brasileira?** Momento-Diálogos em Educação, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 25 out. 2024.

SILVA, R. H. R. **Balanço das dissertações e teses em educação especial e educação inclusiva desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação no Brasil.** Revista Brasileira de Educação Especial, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qsxZ9QcRYfphKXcPkZHXbJy/>. Acesso em: 25 out. 2024.